

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA
FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS, DA RBS PARTICIPAÇÕES S.A.**

ENTRE

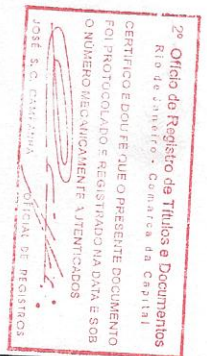
RBS PARTICIPAÇÕES S.A.
Emissora

PENTÁGONO S.A. - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,
Agente Fiduciário

E

RBS ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S.A.
Interveniente Garantidor

24 DE JUNHO DE 2011



SERIE AAA
958155 =
REGISTRAR E SEGURANÇA

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA RBS PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento, de um lado

RBS PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Avenida Érico Veríssimo, nº 400, bairro Menino Deus, cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 68.737.857/0001-22, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a "Emissora" ou "RBS Participações");

e, de outro lado

PENTÁGONO S.A. - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, Sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, representando a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures, conforme definido na Cláusula II abaixo, da presente emissão (os "Debenturistas"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (o "Agente Fiduciário"),

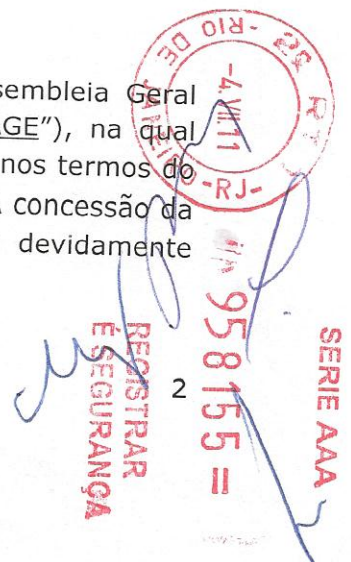
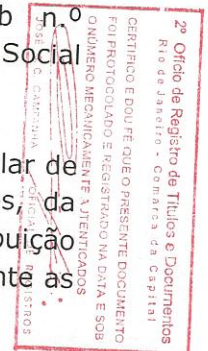
e como Interveniente Garantidora,

RBS ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Avenida Ipiranga, nº 1075, cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 92.821.701/0001-00, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Interveniente Garantidora").

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da RBS Participações S.A., (a "Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO**

1.1. A presente Escritura é firmada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 17 de junho de 2011 (a "AGE"), na qual foram deliberadas as condições da Emissão (conforme abaixo definido), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações (conforme abaixo definido). A concessão da garantia fidejussória (conforme descrita na Cláusula V abaixo) foi devidamente deliberada pelo Conselho de Administração.



1.2. A Fiança (conforme definida abaixo) prestada pela Interveniente Garantidora foi autorizada em Reunião do Conselho de Administração da Interveniente Garantidora realizada em 17 de junho de 2011 ("RCA Garantidora"), nos termos do artigo 15, "I", de seu estatuto social.

CLÁUSULA II REQUISITOS

A 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos pela Emissora, nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009 conforme alterada, (a "Instrução CVM 476"), será realizada com observância dos seguintes requisitos (respectivamente a "Emissão" e as "Debêntures"):

2.1. Registro na CVM

A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476 estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição pública perante a CVM previamente a sua distribuição.

2.2. Arquivamento e Publicação das Atas das AGE e RCA

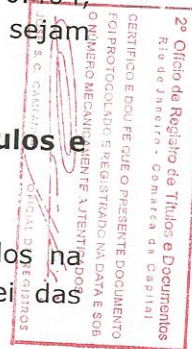
2.2.1 As atas da AGE da Emissora e RCA da Interveniente Garantidora, anteriormente mencionadas, serão protocoladas para arquivamento na Junta Comercial do Estado de Rio Grande do Sul ("JUCERGS") e serão publicadas no (i) Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul ("DOERS") e (ii) no jornal Zero Hora, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (a "Lei das Sociedades por Ações") tão logo sejam arquivadas na JUCERGS.

2.3. Inscrição da Escritura na JUCERGS e Registro no Cartório de Títulos e Documentos

2.3.1 Esta Escritura e eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão arquivados na JUCERGS, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2 Em virtude da fiança prestada pela Interveniente Garantidora e nos termos do artigo 130 da Lei 6.015/1973, a presente Escritura deverá ser registrada no Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2.3.3 A Emissora deverá fornecer ao Agente Fiduciário vias originais da Escritura e de eventuais aditamentos, devidamente arquivadas na JUCERGS em até 30 (trinta) dias contados da respectiva data de assinatura, ressalvadas as hipóteses de atrasos



REGISTRAR
E SEQUENCIAR

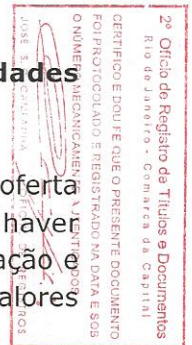
958155-3

SERIE AAA

2.4. Registro para Colocação e Negociação

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, conforme definido abaixo, depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigo 13 e 14 da Instrução CVM 476 e do cumprimento pela Emissora das obrigações previstas no artigo 17 da citada Instrução.

2.5.1. A presente Emissão não será registrada na ANBIMA por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição e por não haver prospecto, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código ANBID").



3.1. Objeto Social da Emissora

De acordo com o artigo 3º do Estatuto Social da Emissora, a Emissora tem por atividade econômica principal a prestação de serviços de comunicação em geral.

[illegible]

4

॥ ५५०५०॥

44444

inclusive radiodifusão em suas diferentes modalidades e mídia impressa, e, como atividades secundárias, a organização, promoção e publicidade de eventos em geral; a participação no capital de outras sociedades; e, ainda, a prestação de serviços de assessoria econômico-financeira e administrativa.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Escritura constitui a 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) ("Valor Total da Emissão").

3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em uma única série.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

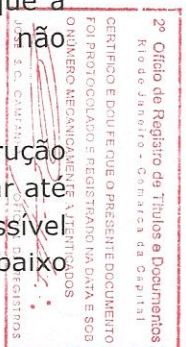
3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição sob regime de garantia firme de colocação, limitado ao Valor Total da Emissão, para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI" ou "Coordenador Líder"), conforme contrato de colocação ("Contrato de Colocação") e, em conjunto com Escritura, os "Documentos da Oferta").

3.5.2. A Emissora não poderá realizar uma nova emissão de debêntures antes que a totalidade das Debêntures seja colocada ou cancelado o saldo das Debêntures não colocadas, observado o disposto na Instrução CVM 476.

3.5.3. O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar até no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (abaixo definido), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 Investidores Qualificados (abaixo definido).

3.5.3.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da presente Emissão (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) da Cláusula 3.5.3.2 abaixo deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Emissão, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.5.3.2. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da



REGISTRAR
E
SEGURANÇA

958155 =
5

SERIE AAA

Emissora, organizará Plano de Distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo investidores qualificados, incluindo, mas não se limitando a (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios (os "Investidores Qualificados").

3.6. Limite da Emissão

3.6.1. Na Data de Emissão, encontra-se em vigência a Medida Provisória 517/2010 ("MP 517"), convertida em Projeto de Lei em Conversão nº 13/2011, por meio da qual foi revogado o artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, que estabelecia limite para valor total das emissões de debêntures.

3.7. Banco Mandatário e Escriturador

3.7.1. O banco mandatário e escriturador das Debêntures será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus s/n.º, Vila Yara, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário" e "Banco Escriturador").

3.8. Destinação dos Recursos

3.8.1. Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão destinados a investimentos, imobilizado, intangível e capital de giro da Emissora, suas controladoras, controladas e coligadas.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definida) ("Valor Nominal Unitário").

4.1.2. Data de Emissão

Para todos os fins e efeitos legais, a data da emissão das Debêntures será 12 de julho de 2011 ("Data de Emissão").



REGISTRAR
E
SEGURANÇA

6

958155 =

SERIE AAA

4.1.3. Quantidade de Debêntures Emitidas

Serão emitidas 300 (trezentas) Debêntures, totalizando R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) na Data de Emissão.

4.1.4. Espécie e Série

As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional e serão emitidas em uma única série.

4.1.5. Prazo e Data de Vencimento

O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 10 (dez) anos contados da Data da Emissão, vencendo, portanto, em 12 de julho de 2021 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula VIII abaixo. Na Data de Vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação, pelo Valor Nominal Unitário (conforme definido na Cláusula 4.1.1 desta Escritura), excluídas as amortizações eventualmente já realizadas acrescido da remuneração de que trata a Cláusula 4.2. abaixo, calculada *pro rata temporis*, a partir da última data de pagamento da referida remuneração.

4.1.6. Forma e Emissão de Certificados

As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados.

4.1.7. Comprovação de Titularidade das Debêntures

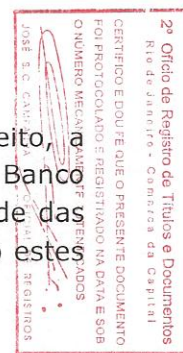
A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista enquanto estes títulos estiverem custodiados eletronicamente no SND.

4.1.8. Conversibilidade

As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.9. Prazo e Forma de Subscrição

4.1.9.1 As Debêntures serão subscritas em até 30 (trinta) dias contados da data de início de distribuição observado o item 2.3.4 acima, sendo que todas as debêntures serão subscritas em uma única data ("Data da Subscrição") pelo Valor Nominal Unitário.



REGISTRAR
E SEGURANÇA

958155 =

SERIE AAA

4.1.9.2 As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato de subscrição, de acordo com as normas de liquidação da CETIP.

4.1.10. Preço de Subscrição

O preço de subscrição de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário, ("Preço de Subscrição").

4.2. Remuneração

4.2.1. As Debêntures renderão juros remuneratórios correspondentes 100% (cem por cento) da variação acumulada da taxa média dos depósitos interfinanceiros, denominada Taxa DI Over "Extra Grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, apurada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página de internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de um spread de 2,50% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, não amortizado, *pro rata temporis*, a partir da data da primeira subscrição ou da data de encerramento do Período de Capitalização (conforme definido a seguir) imediatamente anterior, conforme o caso, devendo ser paga ao final de cada Período de Capitalização, até a Data de Vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de uma das Hipóteses de Vencimento Antecipado, conforme o caso).

4.2.1.1. O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

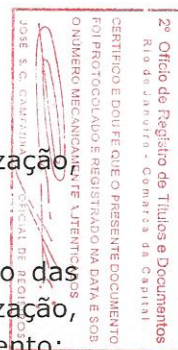
J valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros Fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

Onde:



REGISTRAR
E SEGURANÇA

958155 =

SERIE AAA

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

FatorDI produtório das Taxas DI-Over da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo da Remuneração exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

k número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até n;

n número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma;

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k = 1, 2, ..., n;

DI_k Taxa DI-Over de ordem k divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

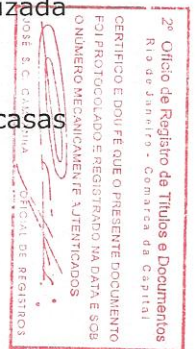
FatorSpread Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread 2,5000 (dois inteiros e cinco décimos de milésimos) ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

DP É o número de dias úteis entre a data da primeira subscrição ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior e a Data Atual, sendo "DP" um número inteiro;



REGISTRAR
É SEGURANÇA

SÉRIE AAA
958155
6

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

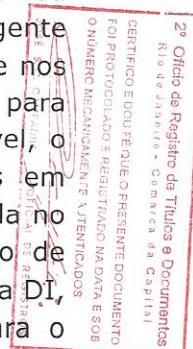
O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

4.2.1.2 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, até a divulgação da nova taxa, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.2.1.3 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar assembléia geral de debenturista ("AGD") (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na Escritura), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). A AGD será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada.

4.2.1.4 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizada para o cálculo dos encargos financeiros das Debêntures desde o dia de sua indisponibilidade.



SERIE AAA
10 958155 =
REGISTRAR E SEGURO
[Signature]

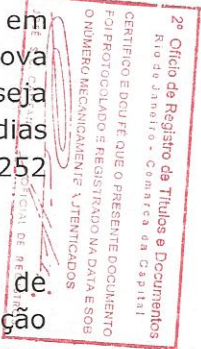
[Signature]

4.2.1.5. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da realização da respectiva AGD, qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar antecipadamente com consequente cancelamento no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva AGD ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo seu Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, nos termos desta Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e consequente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da data da primeira subscrição e integralização das Debêntures em questão ou da última data de pagamento efetivo da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência da Taxa DI será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada; ou
- (b) a Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, não excedendo o prazo de vencimento final e o prazo médio de amortização das Debêntures. Nesta hipótese, caso a Emissora pretenda realizar a amortização das Debêntures em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares de Debêntures em circulação durante o cronograma estabelecido pela Emissora para amortização das Debêntures e até a amortização integral das Debêntures em circulação, as Debêntures farão jus à nova remuneração determinada legalmente para tanto ou, em sua ausência, a taxa adotada pela CETIP como substituto da Taxa DI ("Nova Taxa de Remuneração"). Caso uma Nova Taxa de Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

4.2.1.6 Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na data da primeira subscrição e termina na data do próximo vencimento da Remuneração das Debêntures, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente posterior. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.2.1.7 Define-se "Saldo do Valor Nominal Unitário" como o Valor Nominal Unitário remanescente após amortizações, conforme previstas nos itens 4.3 e 7.2a seguir.



SERIE AAA
958155 =
11
REGISTRAR E SEGURANÇA

4.2.1.8 A Remuneração das Debêntures será paga anualmente no dia 12 de julho, ocorrendo o primeiro pagamento em 12 de julho de 2012 ("Data de Pagamento da Remuneração").

4.2.1.9 Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do dia útil imediatamente anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

4.3. Amortização

4.3.1. Sem prejuízo de eventos de Amortização Extraordinária nos termos da Cláusula 7.2 abaixo, a amortização do principal será realizada em 5 (cinco) parcelas anuais e consecutivas, conforme as datas e percentuais indicados a seguir, sendo cada uma das datas uma "Data de Amortização":

DATA DE AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL DE AMORTIZAÇÃO SOBRE O VALOR NOMINAL UNITÁRIO
12 de julho de 2017	20%
12 de julho de 2018	20%
12 de julho de 2019	20%
13 de julho de 2020	20%
12 de julho de 2021	20%

4.4. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente no SND, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.5. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação da Emissora, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento de tal obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário nas Cidades de São Paulo, Estado de São Paulo e Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.



REGISTRAR
É SEGURANÇA

958155

SERIE AAA

4.6. Encargos Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, por um período superior a 02 (dois) dias úteis, contados do respectivo vencimento os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

4.7. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.6 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso em tal comparecimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até as datas previstas nesta Escritura para esses pagamentos ou as datas divulgadas pela Emissora e/ou Agente Fiduciário em comunicados que venham a ser publicados.

4.8. Forma de Subscrição e Integralização

A integralização será realizada à vista, na Data da Subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação da CETIP.

4.9. Repactuação

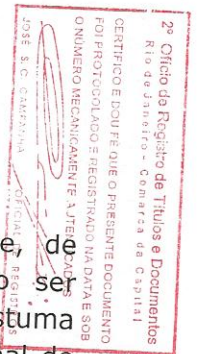
Não haverá repactuação das Debêntures.

4.10. Publicidade

Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores - *internet* (www.gruporbs.com.br).

4.11. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes das datas previstas de pagamento de obrigações pecuniárias relacionadas as Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da



REGISTRAR
E SEGURANÇA

13

SERIE AAA
958155-13

legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou gozasse de isenção tributária.

CLÁUSULA V GARANTIA DAS DEBÊNTURES

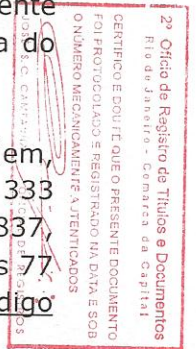
5.1. Garantia Fidejussória.

5.1.1 A Interveniente Garantidora neste ato obriga-se, de forma solidária, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadora, principal pagadora e responsável pelo fiel e pontual pagamento do equivalente a 100% (cem por cento) das obrigações da Emissora, nos termos desta Escritura, pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo o Valor Nominal Unitário, a Remuneração e os Encargos Moratórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo a remuneração do Agente Fiduciário e demais despesas por este realizadas na execução da sua função, bem como todo e qualquer custo ou despesa, inclusive de honorários advocatícios, comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos, outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura, inclusive verbas de caráter indenizatório ("Fiança" e "Valor Garantido", respectivamente).

5.1.2 A Interveniente Garantidora obriga-se a pagar o Valor Garantido, nos termos das cláusulas acima, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora e à Interveniente Garantidora, informando acerca da falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer parte do Valor Garantido. Os pagamentos serão realizados pela Interveniente Garantidora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura e fora do âmbito da CETIP.

5.1.3 A Interveniente Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333 parágrafo único, 366, 368, 821, 827, 829 parágrafo único, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro 2002 (o "Código Civil"), e nos artigos 77 e 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e alterações posteriores (o "Código de Processo Civil").

5.1.4 A Interveniente Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, observado, entretanto, que a Interveniente Garantidora desde já concorda e se obriga a exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado pela Interveniente Garantidora nos termos da Fiança somente após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura, exceto na medida que seja necessário para preservar os seus direitos contra prescrição e/ou decadência. Ressaltado que, em hipótese alguma, eventual discussão judicial entre Interveniente Garantidora e Debenturista implicará



REGISTRAR
E SEGURANÇA

958195

SERIE AAA

em atraso ou suspensão de cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora e Interveniente Garantidora.

5.1.5 A Interveniente Garantidora, neste ato expressamente, reconhece e aceita que em nenhuma hipótese poderá invocar qualquer objeção ou oposição contra a Emissora com o efeito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

5.1.6 A Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.

5.1.7 A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido.

5.2. O resgate integral das Debêntures pela Emissora implicará, desde que todo e qualquer pagamento referente ao Valor Garantido seja integralmente realizado, na extinção da Fiança.

CLÁUSULA VI ADITAMENTO À PRESENTE ESCRITURA

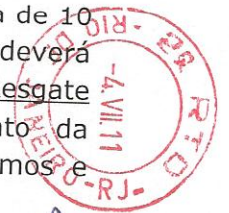
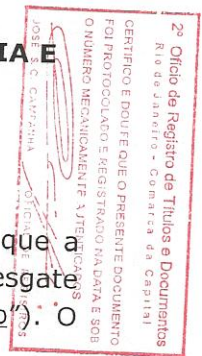
6.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser arquivados na JUCERGS e nos Cartórios de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

CLÁUSULA VII RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, AMORTIZAÇÃO EXTRARODINÁRIA E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

7.1. Resgate Antecipado Facultativo

7.1.1 A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, desde que a partir do 13º (décimo terceiro) mês a contar da Data de Emissão, realizar o resgate antecipado parcial ou total das Debêntures em circulação ("Resgate Antecipado"). O Resgate Antecipado será operacionalizado da seguinte forma:

- (i) por meio de comunicação enviada ao Agente Fiduciário com antecedência de 10 (dez) dias úteis da data prevista para o Resgate Antecipado, que deverá encaminhá-la à totalidade dos Debenturistas ("Comunicação de Resgate Antecipado") em até 5 (cinco) dias úteis da data do recebimento da Comunicação de Resgate Antecipado, a qual deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado; e
- (ii) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado será



REGISTRAR
E SEGURANÇA

15

958155 =

SERIE AAA

equivalente ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido:

- a. da Remuneração devida e ainda não paga até a data de Resgate Antecipado ("Valor de Resgate Antecipado"), calculada nos termos desta Escritura e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo; e
- b. de um prêmio ("Prêmio de Resgate") sobre o Valor de Resgate Antecipado, conforme abaixo:

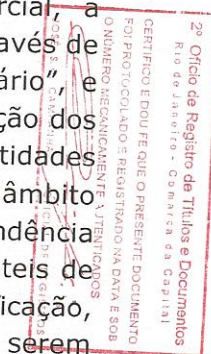
Período do Resgate Antecipado	Prêmio de Resgate
Entre o 13º (décimo terceiro) e o 36º (trigésimo sexto) mês da Data de Emissão, inclusive	0,90% (noventa centésimos por cento)
Entre o 37º (trigésimo sétimo) e o 48º (quadragésimo oitavo) mês, a partir da Data de Emissão, inclusive	0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento)
Entre o 49º (quadragésimo nono) e o 60º (sexagésimo) mês, a partir da Data de Emissão, inclusive	0,75% (setenta e cinco centésimos por cento)
Após o 61º (sexagésimo primeiro) mês da Data de Emissão	0,50% (cinquenta centésimos por cento)

7.1.2. O Resgate Antecipado parcial deverá ser realizado mediante sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações na presença do agente fiduciário.

7.1.3 Para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, no caso de Resgate Antecipado parcial, a operacionalização do resgate seguirá os procedimentos adotados pela CETIP através de "operação de compra e venda definitiva das debêntures no mercado secundário" e, conforme item 7.1.2 acima, todas as etapas deste processo, tais como habilitação dos debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição e validação das quantidades de debêntures a serem resgatadas por debenturistas serão realizadas fora do âmbito da CETIP, a qual deverá ser comunicada pela Emissora, através de correspondência conjunta com o Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis de sua realização. Esse procedimento de habilitação dos debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição e validação da quantidade de debêntures a serem resgatadas por debenturistas fora do âmbito da CETIP será conduzido pelo Agente Fiduciário.

7.1.4. Os valores relativos ao Prêmio de Resgate serão devidos aos respectivos Debenturistas e serão pagos simultaneamente ao pagamento do Resgate Antecipado.

7.1.5. O Prêmio de Resgate não será devido, apenas e somente se, o Resgate Antecipado das Debêntures em circulação for realizado com recursos oriundos de



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

operação(ões) de captação de recursos conduzida única e exclusivamente pelo Banco Bradesco S.A. e/ou Banco Bradesco BBI S.A..

7.1.6. As Debêntures objeto de Resgate Antecipado deverão ser canceladas, observada a regulamentação em vigor.

7.2. Amortização Extraordinária

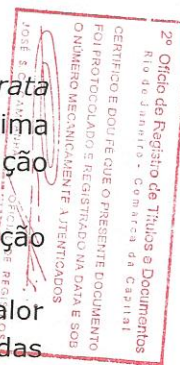
7.2.1 A Emissora poderá realizar, a qualquer tempo a partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da Data de Emissão, amortização extraordinária, do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Amortização Extraordinária") e deverá seguir o procedimento abaixo estabelecido:

7.2.2. A Emissora deverá encaminhar comunicação por escrito ao Agente Fiduciário com antecedência de 10 (dez) dias úteis da data prevista para a Amortização Extraordinária, que deverá encaminhá-la à totalidade dos Debenturistas ("Comunicação de Amortização Extraordinária") em até 5 (cinco) dias úteis da data do recebimento da Comunicação de Amortização Extraordinária, a qual deverá descrever os termos e condições da Amortização Extraordinária. A Emissora através de correspondência conjunta com o Agente Fiduciário, deverá informar a CETIP da realização do evento de Amortização Extraordinária com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis de sua efetivação; e

7.2.3 O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Amortização Extraordinária ("Valor de Amortização Extraordinária") será equivalente ao percentual do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizado, limitado a 95% do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido:

- (a) da Remuneração devida e ainda não paga, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Primeira Subscrição ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a Data de Amortização Extraordinária;
- (b) dos encargos devidos e não pagos até a Data de Amortização Extraordinária; e
- (c) de um prêmio ("Prêmio de Amortização") incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitários das Debêntures, conforme abaixo:

Período da Amortização Extraordinária	Prêmio de Amortização
Entre o 13º (décimo terceiro) e o 36º (trigésimo sexto) mês da Data de Emissão, inclusive	0,90% (noventa centésimos por cento)
Entre o 37º (trigésimo sétimo) e o 48º (quadragésimo oitavo) mês, a partir da Data de Emissão, inclusive	0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento)



SERIE AAA
958155 =
REGISTRAR
É SEGURO
17

Entre o 49º (quadragésimo nono) e o 60º (sexagésimo) mês, a partir da Data de Emissão, inclusive	0,75% (setenta e cinco centésimos por cento)
Após o 61º (sexagésimo primeiro) mês da Data de Emissão	0,50% (cinquenta centésimos por cento)

7.2.4 A Notificação da Amortização Extraordinária deverá conter: (i) a data para o pagamento da Amortização Extraordinária; e (ii) o percentual do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizado antecipadamente.

7.2.5 O pagamento da Amortização Extraordinária deverá ser realizado de acordo com os procedimentos previstos nesta cláusula, na data indicada na Notificação da Amortização Extraordinária, e deverá abranger todas as Debêntures em Circulação, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND.

7.2.6 No caso de Amortização Extraordinária, o percentual do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizado nas Datas de Amortização seguintes e a Remuneração a serem pagos nas datas de pagamento de Remuneração seguintes serão ajustados para refletir o pagamento do Valor da Amortização Extraordinária.

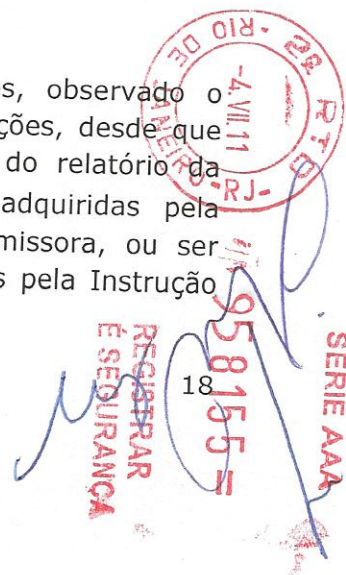
7.2.6.1. O Prêmio de Amortização não será devido, apenas e somente se, a Amortização Extraordinária das Debêntures em circulação for realizado com recursos oriundos de operação(ões) de captação de recursos conduzida única e exclusivamente pelo Banco Bradesco S.A. e/ou Banco Bradesco BBI S.A..

7.2.7 Caso haja Amortização Extraordinária nos termos desta cláusula, ficam a Emissora e o Agente Fiduciário autorizados e obrigados a celebrar aditamento a esta Escritura para alterar os percentuais da amortização aqui estabelecidos, sendo certo que tal aditamento não dependerá de prévia autorização dos Debenturistas. A celebração do aditamento deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados do pagamento da Amortização Extraordinária, pela Emissora, sendo certo que uma cópia do referido aditamento protocolado perante a Junta Comercial competente deverá ser encaminhada à CETIP, pela Emissora.



7.3. Aquisição Facultativa

7.3.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução

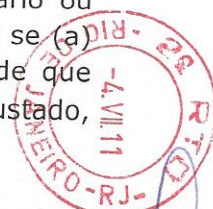
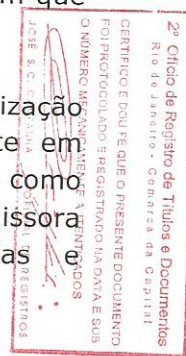


CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures.

CLÁUSULA VIII VENCIMENTO ANTECIPADO

8.1. Por meio do Agente Fiduciário, mediante prévio aviso à Emissora, enviada nos termos da Cláusula XIII abaixo, os titulares das Debêntures poderão declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir de imediato o pagamento da totalidade do saldo devedor em aberto, apurado na forma da lei, nas seguintes hipóteses de:

- (i) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora, Interviente Garantidora e/ou por seus controladores diretos ou indiretos;
- (ii) extinção, liquidação, pedido de falência não elidido no prazo legal, ou decretação de falência da Emissora, Interviente Garantidora e/ou de seus controladores diretos ou indiretos e suas controladas;
- (iii) não pagamento de qualquer obrigação pecuniária estabelecidas nesta Escritura em até 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva data de vencimento;
- (iv) descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária descrita nesta Escritura, não sanado em até 40 (quarenta) dias, contados da data em que tal obrigação deveria ter sido cumprida;
- (v) cisão, incorporação, fusão, venda ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora e/ou Interviente Garantidora que resulte em transferência de controle acionário para terceiros, aqui compreendidos como acionistas ou cotistas que não pertençam ao quadro social atual da Emissora e/ou Interviente Garantidora, suas controladoras, controladas e coligadas;
- (vi) protestos legítimos de títulos contra a Emissora e/ou Interviente Garantidora, de suas controladoras ou controladas cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se (a) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora ou (b) se for cancelado ou susinado, em qualquer hipótese, dentro do prazo legal;
- (vii) não pagamento, em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de vencimento original, de quaisquer obrigações financeiras da Emissora e/ou



REGISTRAR
E
SECURANÇA

19

958155 =

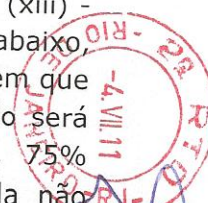
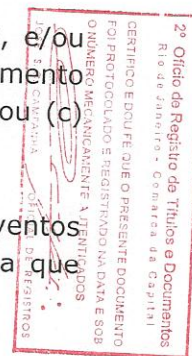
SERIE AAA

Interveniente Garantidora, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais);

- (viii) vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Emissora e/ou Interveniente Garantidora, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais);
- (ix) não cumprimento de qualquer decisão administrativa, arbitral ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou Interveniente Garantidora, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data estipulada para pagamento;
- (x) transformação do tipo societário da Emissora, de sociedade anônima para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações;
- (xi) caso as declarações feitas pela Emissora nesta Escritura sejam falsas ou enganosas, ou ainda, de modo relevante, sejam incorretas ou inconsistentes ou incompletas;
- (xii) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças que afetem, de forma significativa, o regular exercício das atividades pela Emissora e/ou pela Interveniente Garantidora;
- (xiii) se a Fiança (a) for objeto de questionamento judicial pela Emissora, e/ou pela Interveniente Garantidora e/ou por terceiros que afete o cumprimento de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura; (b) for anulada; ou (c) de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindida;

8.1.1. A Emissora obriga-se a, tão logo tenham conhecimento de qualquer dos eventos descritos nas alíneas acima, comunicar imediatamente o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas.

8.2. Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos na Cláusula 8.1 acima - com exceção das hipóteses previstas nas alíneas (i), (ii), (iii), (vii), (viii), (x), (xii) e (xiii) - os Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula XI abaixo, deverão convocar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data em que constatar sua ocorrência, AGD. O vencimento antecipado nessas hipóteses não será declarado se, em referida AGD, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, deliberarem pela não decretação do vencimento antecipado das obrigações assumidas pela Emissora e Interveniente Garantidora.



SERIE AAA
958155 =
20
REGISTRAR
ESCRITURA

8.2.1. Caso o vencimento antecipado das Debêntures esteja fundamentado na hipótese constante das alíneas (i), (ii), (iii), (vii), (viii), (x), (xii) e (xiii) da Cláusula 8.1 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA IX OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

9.1. Sem prejuízo das demais obrigações aqui estabelecidas, a Emissora assume as seguintes obrigações:

- (a) Sempre que houver e, enquanto permanecer em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária, assim entendida a obrigação de efetuar pagamento de valor de principal e juros descritos nesta Escritura, não distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio além do mínimo obrigatório definido pela Lei das Sociedades por Ações, sem a prévia e expressa autorização por escrito dos Debenturistas;
- (b) Manter os seguintes índices financeiros ("Covenant Financeiro"):
 - (i) A partir da Data de Emissão até a Data de Vencimento, o resultado da Dívida Líquida dividido pelo EBITDA não poderá ser superior a 4,00x (quatro vezes). O *Covenant Financeiro* será calculado e verificado anualmente, na data de divulgação das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, a ocorrer nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, sob pena de vencimento antecipado, conforme disposto na cláusula 8.1 (iv) acima.

Para os fins desta cláusula, Dívida Líquida e EBITDA, significam:

"Dívida Líquida" significa a somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures nos passivo circulante e não-circulante, acrescida da rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não-circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa que venha a ser criada, excluídas as rubricas: caixa, bancos, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e operações com derivativos do ativo circulante e não-circulante, com base em valores extraídos da demonstração financeira consolidada, apurados segundo as normas contábeis aplicáveis; e

"EBITDA" significa o lucro operacional antes de juros, tributos, amortização e depreciação acumulado ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Emissora, apurados segundo as normas contábeis aplicáveis.



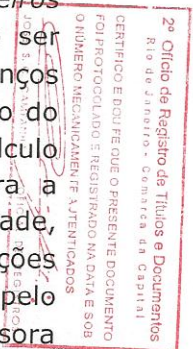
REGISTRAR
E
SEGURANÇA

21

958155 =

SERIE AAA

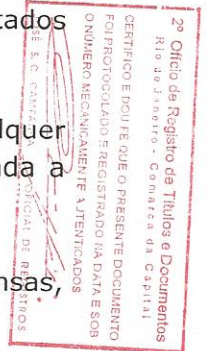
- (c) Fornecer ao Agente Fiduciário, em tempo hábil, nunca inferior a 05 (cinco) dias úteis e nunca superior a 15 (quinze) dias úteis, todas as informações que lhe tenham sido razoavelmente solicitadas, por escrito, de forma correta e completa, que sejam necessárias para a consumação da Emissão. A Emissora será responsável pela suficiência, consistência, qualidade e veracidade das informações fornecidas por ela, obrigando-se a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por eventuais prejuízos diretos e devidamente comprovados decorrentes de imprecisões, inveracidades ou omissões relativas a tais informações;
- (d) Manter-se adimplente com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Emissão, exceto aqueles objeto de contestação administrativa ou judicial;
- (e) Preparar demonstrações financeiras, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- (f) Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a divulgação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (g) Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (h) Submeter ao Agente Fiduciário as informações financeiras para verificação dos *Covenants Financeiros*. Fica desde já acordado que os *Covenants Financeiros* serão revisados anualmente pelo Agente Fiduciário. Esses índices deverão ser disponibilizados em até 5 (cinco) dias úteis contados da divulgação dos balanços consolidados, que ocorrerá dentro de 90 (noventa) dias seguintes ao término do exercício social, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final dos *Covenants Financeiros*, atestando a sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (i) Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras anuais a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (j) Divulgar suas demonstrações financeiras anuais, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento de seu exercício social e manter tais demonstrações financeiras em sua página na



SERIE AAA
958155 =
REGISTRAR E SEGUROANÇA
22

rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 3 (três) anos contados de sua disponibilização;

- (k) Enviar, anualmente, todos os dados financeiros, incluindo-se as demonstrações financeiras apuradas e auditadas pelos auditores independentes da Emissora, e atos societários, necessários à realização do relatório anual previsto no artigo 12 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (a "Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias anteriores ao prazo para disponibilização do relatório anual na CVM;
- (l) Quando aplicáveis, cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;
- (m) Observar as disposições da Instrução CVM 358, de 3 de janeiro de 2002, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (n) Divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 2002, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário;
- (o) Encaminhar qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, em tempo hábil, nunca inferior a 05 (cinco) dias úteis e nunca superior a 15 (quinze) dias úteis, após a solicitação feita pelo Agente Fiduciário;
- (p) Encaminhar ao Agente Fiduciário informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 8.1, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da ciência da Emissora;
- (q) Encaminhar imediatamente ao Agente Fiduciário cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial e/ou extrajudicial recebida, relacionada a um evento de inadimplemento das obrigações assumidas nesta Escritura;
- (r) Manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- (s) Efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas, nos termos desta Escritura, desde que previamente aprovadas pela Emissora, nos termos estabelecidos na Cláusula 10.7.2; e
- (t) Fornecer ao Agente Fiduciário vias originais desta Escritura de Emissão e de



SERIE AAA
958155 =
23
REGISTRAR E SEGUROANÇA

eventuais aditamentos, devidamente arquivadas na JUCERGS e nos Cartórios de Títulos e Documentos das Cidades do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, nos termos da Cláusula 2.3.3.

9.2. Sem prejuízo das demais obrigações aqui estabelecidas, a Interviente Garantidora assume a seguinte obrigação:

- (a) Sempre que houver e, enquanto permanecer em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária, assim entendida a obrigação de efetuar pagamento de valor de principal e juros descritos nesta Escritura, não distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio além do mínimo obrigatório definido pela Lei das Sociedades por Ações, sem a prévia e expressa autorização por escrito dos Debenturistas;

CLÁUSULA X AGENTE FIDUCIÁRIO

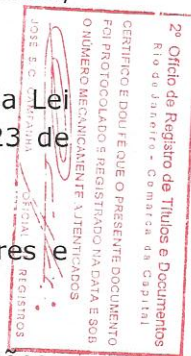
10.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

10.2. Declaração

10.2.1. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;



SERIE AAA
24
958155 =
REGISTRAR
E SEGURO

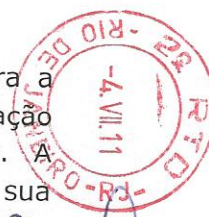
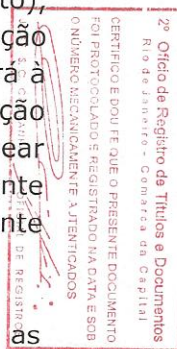
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exeqüível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- (k) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura.

10.3. Substituição

10.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, AGD (abaixo definido) para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 10.3.6 abaixo.

10.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

10.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28; e eventuais normas posteriores.



REGISTRAR
E
SEGURANÇA

958155 =

SERIE AAA

10.3.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCERGS, nos termos da Cláusula 6.1.

10.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a data de vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

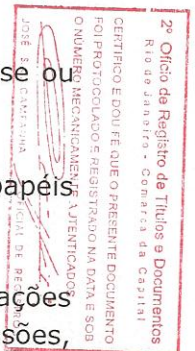
10.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD (abaixo definido).

10.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

10.4. Deveres

Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;



SERIE AAA
958155-4
26
REGISTRAR
É SEGURANÇA

- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas, acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) verificar a regularidade da constituição da garantia fidejussória;
- (i) solicitar, quando considerar necessário e desde que fundamentada em justificativa relevante, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a AGD mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 2.2.1., respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (k) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

l.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatoria prestação de informações pela Emissora;

l.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

l.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;

l.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

l.5) resgate, amortização, e pagamento de remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

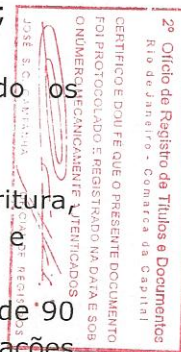
l.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

l.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento, inclusive quanto à ocorrência dos eventos previstos nos itens da Cláusula 8.1;



SERIE AAA
958155 =
27
REGISTRAR E SEGURANÇA

- l.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- l.9) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures;
- l.10) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora.
- (m) disponibilizar o relatório de que trata o inciso "I" aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- m.1) na sede da Emissora;
- m.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
- m.3) na CVM; e
- m.4) na CETIP;
- (n) publicar, nos órgãos da imprensa referidos na Cláusula 2.2.1., às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso m;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, ao Banco Mandatário, e/ou à CETIP;
- (p) coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas, inutilizando os certificados correspondentes às debêntures resgatadas;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; e
- (r) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
- 1) à CVM; e
- 2) à CETIP;



REGISTRAR
É OBRIGATORIO

28

958155 =

SERIE AAA

- (s) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos nos itens 8.1 e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos; e
- (t) calcular, em conjunto com a Emissora, o valor unitário das Debêntures e divulgá-lo aos Debenturistas ou à CETIP sempre que solicitado.

10.5. Atribuições Específicas

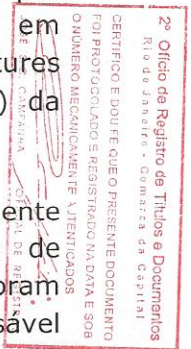
10.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- c) requerer a falência da Emissora; e
- d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da Emissora.

10.5.2. Observado o disposto na Cláusula 8.2., o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (b) da Cláusula 10.5.1., quando convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação de titulares representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) da Cláusula 10.5.1.

10.5.3. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

10.5.4. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações desta Escritura e dos demais documentos da operação.

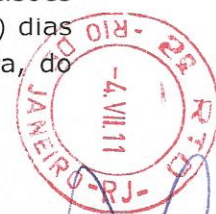
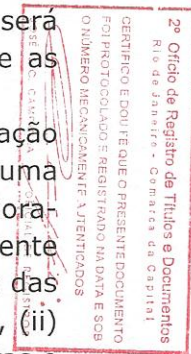


SERIE AAA
958155 =
REGISTRAR
E SEGURO
29

10.5.6. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

10.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) a título de remuneração pelo serviço de Agente Fiduciário, parcelas anuais de R\$ 9.000, 00 (nove mil reais) cada uma, sendo que a primeira parcela será devida 5 (cinco) dias após a data de assinatura da presente Escritura e as demais nas mesmas datas de aniversário subseqüentes;
- (b) em caso de inadimplemento financeiro pela Emissora ou de reestruturação prévia das condições das Debêntures, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem efetivamente dedicada pelos profissionais designados pelo Agente Fiduciário (i) à assessoria aos Debenturistas em processo de renegociação das condições das Debêntures conforme venha a ser requerido pela Emissora, (ii) ao comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou Debenturistas e em AGDs, (iii) bem como à implementação das conseqüentes decisões tomadas pelos Debenturistas, a qual deverá ser paga dentro de 5 (cinco) dias corridos contados da data de entrega, pelo Agente Fiduciário à Emissora, do respectivo "relatório de horas trabalhadas";



SERIE AAA
58155 =
30
REGISTRAR
E SEGURANÇA

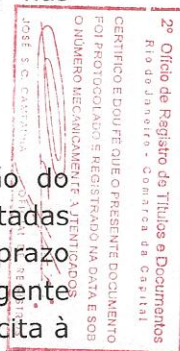
- (c) em caso de mora no pagamento da remuneração prevista nos itens 10.6.1. (a) e (b), os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IPCA, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*;
- (d) a remuneração prevista na alínea (a) e (b) acima será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (e) as parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do IPCA ou, na sua falta, pelo índice oficial que venha a substituí-lo, a partir da Data de Emissão, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro rata die* se necessário;
- (f) nas hipóteses de resgate antecipado total das Debêntures, as obrigações referentes à remuneração do Agente Fiduciário restarão extintas e o pagamento devido pela prestação dos serviços será proporcional ao período em que houve a prestação dos serviços; e
- (g) a remuneração prevista nesta cláusula será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora, remuneração essa que será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário.

10.6.2 As parcelas relativas à remuneração do Agente Fiduciário serão acrescidas dos impostos vigentes à época do pagamento, tais como Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS), Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda (IR), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento da referida remuneração.

10.7. Despesas

10.7.1. As despesas eventualmente necessárias ao exercício regular da função do Agente Fiduciário serão, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pela Emissora, sendo certo que a ausência de manifestação por parte desta, em prazo superior a 02 (dois) dias úteis contados da comunicação enviada pelo Agente Fiduciário, será interpretada de forma irrevogável e irretratável como anuência tácita à realização de tal despesa.

10.7.2. Serão passíveis de reembolso todas as despesas incorridas pelo Agente Fiduciário, no exercício regular de sua função, para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura, incluindo-se também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no



SERIE AAA
958155 =
31
REGISTAR E SEGURANÇA

[Handwritten signature]

exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas.

10.7.2.1. O Agente Fiduciário, no entanto, fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero; ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

10.7.3. O ressarcimento a que se refere a cláusula 10.7.2 será efetuado, em até 15 (quinze) dias, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

10.7.4. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

10.7.5. As despesas a que se refere esta Cláusula 10.7.1 acima compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, editais, atas, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas;
- (e) despesas com registros, caso sejam realizados pelo Agente Fiduciário;
- (f) despesas de viagem, compreendendo transporte, estadias e alimentação.



Handwritten signature in blue ink.

Red stamp: REGISTRAR É SEGURANÇA

Red stamp: 958155 =

Red stamp: 32

Red stamp: SERIE AAA

Handwritten signature in blue ink.

quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, desde que devidamente comprovadas à Emissora; e

- (g) despesas com cartórios e com correios necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário.

CLÁUSULA XI

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À AGD aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

11.1. Convocação

11.1.1 A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 11.2.2, ou pela CVM.

11.1.2 A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura. Independentemente das formalidades legais previstas, será considerada regular a assembleia a que comparecerem todos os Debenturistas.

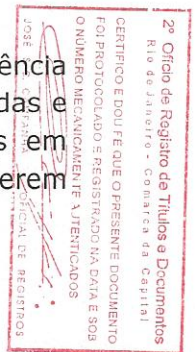
11.1.3 As AGDs deverão ser realizadas em prazo mínimo de 8 (oito) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

11.1.4 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 11.2.2 abaixo, independentemente de terem comparecido à Assembléia ou do voto proferido na respectiva AGD.

11.2. Quorum de Instalação

11.2.1. A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 11.2.2 abaixo e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

11.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou



REGISTRAR
E
SEGURANÇA

958155 =

SERIE AAA

33

coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

11.3. Mesa Diretora

A presidência da assembléia caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

11.4. Quorum de Deliberação

11.4.1. Nas deliberações da assembleia, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto se de outra forma disposto nesta Escritura, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em Circulação.

11.4.2. Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 11.4.1 acima os quoruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura.

11.4.3. As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures, que poderão ser propostas exclusivamente pela Emissora, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer convocação subsequente: (i) a Remuneração das Debêntures; (ii) a data de pagamento efetivo da Remuneração; (iii) o prazo de vencimento das Debêntures; (iv) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures; (v) as hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas nesta Escritura; (vi) modificação dos quoruns de deliberação estabelecidos nesta cláusula; (vii) alteração das obrigações adicionais da Emissora estabelecidas na Cláusula IX; (viii) alteração das obrigações do Agente Fiduciário, estabelecidas na Cláusula X; ou (ix) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas nesta Cláusula XI.

CLÁUSULA XII DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA INTERVENIENTE GARANTIDORA

12.1. A Emissora e a Interveniente Garantidora declaram e garantem aos Debenturistas que:

- (a) são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de sociedade anônima de capital fechado de acordo com as leis brasileiras e estão devidamente autorizadas a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deterem, possuírem e operarem seus bens;



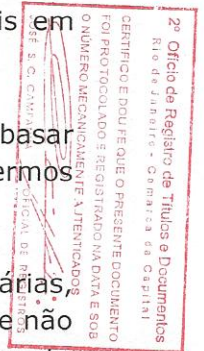
REGISTRAR
E SEGURO

34

958155 =

SERIE AAA

- (b) a celebração dos Documentos da Oferta e o cumprimento de suas respectivas obrigações não infringem nenhuma obrigação relevante anteriormente assumida;
- (c) os Documentos da Oferta constituem obrigações legais, válidas, eficazes e vinculantes, exeqüíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (d) a celebração dos Documentos da Oferta e a colocação das Debêntures não infringem disposição legal, contrato ou instrumento dos quais a Emissora e Interviente Garantidora sejam partes nem resultará em (i) vencimento antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (iii) na criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e Interviente Garantidora;
- (e) estão devidamente autorizadas a celebrarem os Documentos da Oferta e a cumprirem com suas respectivas obrigações, e obtiveram todas as licenças, autorizações e consentimentos necessários, inclusive, mas sem limitação, aprovações societárias, à emissão das Debêntures e concessão da Fiança, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (f) as obrigações da Emissora e Interviente Garantidora nos termos dos Documentos da Oferta constituem obrigações diretas, incondicionais e não subordinadas;
- (g) a Emissora e a Interviente Garantidora cumprem, em todos os aspectos relevantes, com as leis, regulamentos e licenças, inclusive as ambientais em vigor;
- (h) no seu conhecimento, não há quaisquer circunstâncias que possam embasar uma ação ambiental contra a Emissora e Interviente Garantidora, nos termos de qualquer lei ambiental, que possa ter um Efeito Material Adverso;
- (i) declararam e pagaram todos os tributos e contribuições previdenciárias, juntamente com todos os juros e penalidades quando aplicáveis, outros que não o pagamento de tributos e contribuições previdenciárias (i) cujo não pagamento não acarretaria um Efeito Material Adverso ou (ii) que estejam sendo contestados de boa-fé pelos meios adequados e para os quais a Emissora e/ou Interviente Garantidora, conforme o caso tenham feito reservas apropriadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (j) cumprem em todos os aspectos relevantes com todas as leis e regulamentos trabalhistas e previdenciários aplicáveis (inclusive dissídios coletivos), relativos a todos os seus empregados, inclusive, sem limitação, aqueles relativos a

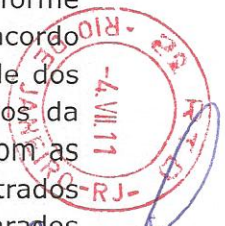
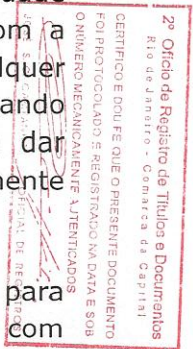


REGISTRAR
E
SEGURANÇA

958155 =

SERIE AAA

- salários, jornada de trabalho, práticas trabalhistas equitativas, saúde, segurança, exceto (i) com relação àquelas que estão sendo contestadas de boa-fé pelos meios legais ou administrativos apropriados e/ou (ii) na medida em que o descumprimento dessas leis e regulamentos não possa resultar em um Efeito Material Adverso;
- (k) nesta data, (i) detêm todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes necessárias para o exercício de suas atividades; (ii) estão observando e cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, seus respectivos estatutos sociais ou quaisquer obrigações e/ou condições contidas em contratos, acordos, hipotecas, escrituras, empréstimos, contratos de crédito, notas promissórias, contratos de arrendamento mercantil ou outros contratos ou instrumentos dos quais seja parte ou possam estar obrigados, exceto nos casos em que o descumprimento ou a violação ou inadimplemento referidos não possam razoavelmente acarretar um Efeito Material Adverso; (iii) estão cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, com a legislação brasileira em vigor; e (iv) o cumprimento de suas obrigações decorrentes dos Documentos da Oferta, da Emissão e/ou das Debêntures não resultará em violação de qualquer lei aplicável, estatuto, regra, sentença, regulamentação, ordem, mandado, decreto judicial ou decisão de qualquer tribunal, nacional ou estrangeiro;
- (l) não há ações judiciais, processos, arbitragem, de qualquer natureza, incluindo sem limitação, cíveis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias contra a Emissora, que, poderia, individual ou conjuntamente, ter um Efeito Material Adverso, exceto aquelas que estão sendo contestadas de boa-fé pelos meios legais ou administrativos adequados ou já apropriados na contabilidade;
- (m) mantêm cobertura de seguro com seguradoras de reconhecida capacidade financeira contra perdas e riscos e em valores que estão de acordo com a região geográfica e os negócios em que estão engajadas; não têm qualquer razão para acreditar que não conseguirão renovar os seguros existentes quando expirar a cobertura ou obterem cobertura conforme necessário para dar continuidade aos seus negócios a um custo que não resultaria razoavelmente em Efeito Material Adverso;
- (n) mantêm um sistema de controle interno de contabilidade suficiente para garantir razoavelmente que: (i) as operações sejam executadas de acordo com as autorizações gerais e específicas da administração da Emissora e Interveniente Garantidora; (ii) as operações sejam registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e para manter contabilidade dos ativos da Emissora e Interveniente Garantidora; (iii) o acesso aos ativos da Emissora e Interveniente Garantidora seja permitido apenas de acordo com as autorizações gerais e específicas da administração; e (iv) os ativos registrados na contabilidade da Emissora e Interveniente Garantidora sejam comparados



REGISTRAR E SEGURANÇA

36

958155 =

SERIE AAA

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



SERIE AAA 2
37
REGISTRAR
DESIGURANCA
958155 =

- (u) a Emissora, Interviente Garantidora ou qualquer de seus bens não possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal no Brasil ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição, exceto com relação àqueles bens que são objeto de concessões governamentais e considerados de interesse público; e
- (v) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora e Interviente Garantidora que constam dos Documentos da Oferta, são, na data de assinatura desta Escritura, verdadeiras, corretas consistentes e suficientes em todos os seus aspectos materiais.

12.1.1. A Emissora e Interviente Garantidora comprometem-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, inconsistente, imprecisa, incompletas, incorretas ou insuficientes.

12.1.2. Para fins desta cláusula, "Efeito Material Adverso" significa qualquer circunstância ou fato, que modifique adversamente a condição econômico-financeira da Emissora e/ou do Interviente Garantidora, de modo a afetar a sua capacidade de cumprir com suas obrigações decorrentes dos Documentos da Oferta e da emissão das Debêntures.

CLÁUSULA XIII DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os endereços abaixo descritos e serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços abaixo. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços abaixo em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem:

Para a Emissora:

RBS Participações S.A.

Avenida Érico Veríssimo, nº 400, 6º andar

Porto Alegre - RS

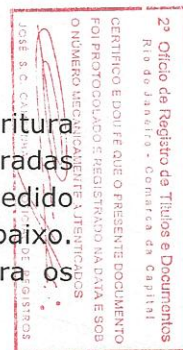
CEP 90160-180

Tel.: (+55 51) 3218.6171

Fax: (+55 51) 3218.6133

At.: Sr. Claudio Toigo Filho

E-mail: investors@gruporbs.com.br / toigo@gruporbs.com.br



Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, Sala 514

Barra da Tijuca – Rio de Janeiro – RJ

CEP 22640-102

Tel.: (+55 21) 3385-4565

Fax: (+55 21) 3385-4046

At.: Marco Ferreira / Nathalia Machado

E-mail: trustee@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Mandatário/Escriturador

Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara

Osasco – SP

At.: Sra. Pérsia Alves Gonçalves de Barros / Sr. João Batista de Souza

Telefone: (+55 11) 3684-9444 / 3684-7911

Fax: (+55 11) 3684-2714

e-mail: 4010.persia@bradesco.com.br / 4010.jbsouza@bradesco.com.br

Para a Interveniente Garantidora:

RBS Zero Hora Editora Jornalística S.A.

Avenida Ipiranga, nº 1075, bairro Azenha

Porto Alegre - RS

CEP 90.169-900

Tel.: (+55 51) 3218.6171

Fax: (+55 51) 3218.6133

At.: Sr. Claudio Toigo Filho

E-mail: toigo@gruporbs.com.br / investors@gruporbs.com.br

Para a CETIP

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663/4º andar

São Paulo, SP - CEP 01452-001

Tel.: (+55 11) 3111-1596

Fax: (+55 11) 3111-1564

At.: Gerência de Valores Mobiliários

E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

Para a CVM

Rua Cincinato Braga, 340 - 2o, 3o e 4o andares

São Paulo – SP - CEP - 01333-010

Tel.: (+55 11) 2146-2000

Fax: (+55 11) 2146-2097



REGISTRAR
É SEGURANÇA

39

958155 =

SERIE AAA

At.: Felipe Claret da Mota

13.1.2. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.

13.1.3. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 13.1.2 acima serão arcados pela Parte inadimplente.

13.1.4. As comunicações, avisos ou notificações enviadas nas formas previstas nesta Escritura serão consideradas plenamente eficazes se entregues a empregado, preposto ou representante de qualquer das Partes.

13.2. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

13.3. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

13.4. Lei Aplicável

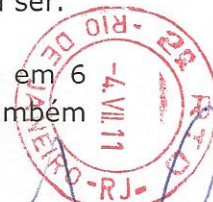
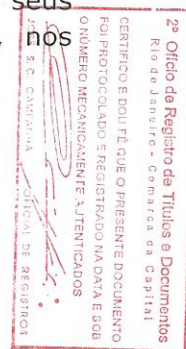
Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

13.5. Foro

Fica eleito o foro da Comarca da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Porto Alegre, 24 de junho de 2011



REGISTRAR
E SEGURANÇA

40

958155 =

SERIE AAA

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da RBS Participações S.A.

por:

por:

RBS PARTICIPAÇÕES S.A.

por:

por:



AGENTE FIDUCIÁRIO

Larissa Lunin

CPF: 122.654 047-30

Procuradora

por:

TESTEMUNHAS:

NOME:

R.G.:

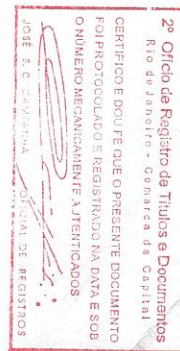
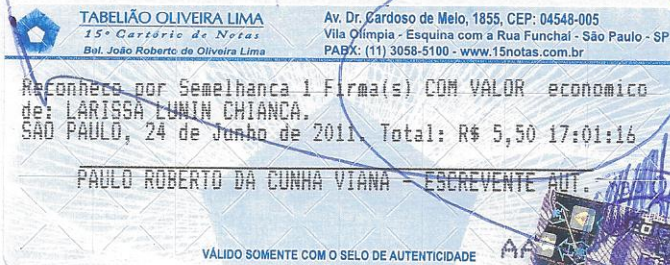
CPF/MF: **Luciano De Franceschi Nunes**
Advogado OAB/SC 18.643-B

NOME:

R.G.:

CPF/MF:

Edson Tolero
1003416557
221 648 630-20



REGISTRAR E SEGURANÇA

41

958155 =

SERIE AAA

4º TABELIONATO 4º TABELIONATO DE NOTAS DE PORTO ALEGRE
 Av. Azenha, 1152 - CEP 90160-006 - Fone/Fax: (51) 3230-9900
 TABELIÃO: RUBENS REMO FARINA

Reconheço a **AUTENTICIDADE** das firmas de IBANOR POLESSO e LUCIANO DE
 RANCESCHI NUNES, indicadas com as setas de uso deste tabelionato, do que dou
 fé.

EM TESTEMUNHO DA VERDADE
 Porto Alegre, RS, 22 de junho de 2011
 Escrevente Autorizado: RBS 361089136-3498689
 Emol: R\$ 8,20 + Selo digital: R\$ 0,40 - 0457-01-1100009.04965a 04966

VÁLIDO SOMENTE SEM EMENDAS OU RASURAS

4º TABELIONATO 4º TABELIONATO DE NOTAS DE PORTO ALEGRE
 Av. Azenha, 1152 - CEP 90160-006 - Fone/Fax: (51) 3230-9900
 TABELIÃO: RUBENS REMO FARINA

Reconheço a **AUTENTICIDADE** das firmas de NELSON PACHECO SIROTSKY,
 DUARDO SIROTSKY MELZER que assinam por RBS - ZERO HORA EDITORA
 JORNALÍSTICA S/A., indicadas com as setas de uso deste tabelionato, do que dou
 fé.

EM TESTEMUNHO DA VERDADE
 Porto Alegre, RS, 22 de junho de 2011
 Escrevente Autorizado: RBS 211089125-3156089
 Emol: R\$ 8,20 + Selo digital: R\$ 0,40 - 0457-01-1100009.04916a 04920

VÁLIDO SOMENTE SEM EMENDAS OU RASURAS

4º TABELIONATO 4º TABELIONATO DE NOTAS DE PORTO ALEGRE
 Av. Azenha, 1152 - CEP 90160-006 - Fone/Fax: (51) 3230-9900
 TABELIÃO: RUBENS REMO FARINA

Reconheço a **AUTENTICIDADE** das firmas de NELSON PACHECO SIROTSKY que
 assina por RBS PARTICIPAÇÕES S/A e EDUARDO SIROTSKY MELZER que assina
 por RBS PARTICIPAÇÕES S/A., indicadas com as setas de uso deste tabelionato,
 do que dou fé.

EM TESTEMUNHO DA VERDADE
 Porto Alegre, RS, 22 de junho de 2011
 Escrevente Autorizado: RBS 331089123-3602489
 Emol: R\$ 8,20 + Selo digital: R\$ 0,40 - 0457-01-1100009.04896a 04899

VÁLIDO SOMENTE SEM EMENDAS OU RASURAS